

## **HETEROGENEIDADE DA FORÇA DE TRABALHO E DESEMPREGO NA ECONOMIA BRASILEIRA: AS VISÕES MARXISTA E PÓS-KEYNESIANA**

Daniel Nogueira Silva<sup>1</sup>  
Marcelo Milan<sup>2</sup>

### **Resumo**

Este trabalho discute a relação entre a heterogeneidade da força de trabalho e o desemprego na economia brasileira. Ao mesmo tempo, compara as visões marxista e pós-keynesiana em termos do tratamento dado a essa relação. Enquanto a última tem por pressuposto implícito que o desemprego se distribui de forma proporcional por todos os diferentes grupos e frações que compõem a classe trabalhadora, a primeira, pelo uso do conceito de exército industrial de reserva, permite introduzir a heterogeneidade na caracterização do desemprego e do mercado de trabalho. Enquanto ambas as visões apresentam limitações para entender estas questões do ponto de vista da economia brasileira, a visão marxista apresenta uma estrutura mais flexível para incorporar outros aspectos da heterogeneidade.

**Palavras-chave:** Força de Trabalho. Heterogeneidade. Desemprego. Marxismo. Pós-Keynesianismo.

### **Introdução**

Os dados sobre o desemprego no Brasil com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) apontam para uma redução na taxa de desemprego na última década no país. Enquanto nos anos de 1990 a economia brasileira observou um aumento na taxa de desemprego, a partir de 2002 o desemprego começou a apresentar uma redução consistente, interrompida apenas em 2009, quando houve um aumento na taxa, possivelmente influenciado pela crise financeira global. Apesar dessa redução, o combate ao desemprego no Brasil não deve deixar de ser uma prioridade da política econômica. Isso porque, entre outras questões, mesmo quando o desemprego agregado está baixo, ele pode estar concentrado em apenas alguns grupos, regiões ou setores da economia. Ao desagregar a taxa de desemprego usando algum desses critérios, pode haver evidências de que a sua incidência é alta, mesmo não se manifestando nos dados da economia como um todo.

Observando o desemprego no Brasil por setor da economia ou por espaço geográfico, fica claro que existem várias taxas de desemprego coexistindo ao mesmo tempo. Essas diferentes taxas de desemprego, quando agregadas e ponderadas, correspondem à taxa geral para a economia. Caso

---

<sup>1</sup> Doutorando em Desenvolvimento Econômico pela UFRGS.

<sup>2</sup> Professor do departamento de economia e relações internacionais dos programas de pós-graduação em economia e em estudos estratégicos internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS.

as diferentes taxas desagregadas sejam próximas da média agregada, essas especificidades não deveriam merecer uma atenção maior para compreender o fenômeno do desemprego. Todavia, não é isso que se observa quando se utiliza alguns critérios de análise, especialmente ao tratar as diferenças existentes entre os trabalhadores brasileiros. Ao atingir a força de trabalho, o desemprego apresenta taxas diferenciadas quando se separam os trabalhadores a partir de suas características pessoais. Essa última evidência, em especial, indica que pode haver uma relação entre a heterogeneidade dos trabalhadores, bastante elevada no Brasil, e a incidência do desemprego.

Um dos caminhos para entender essa possível relação que existe entre o desemprego e a heterogeneidade dos trabalhadores é buscar nas teorias macroeconômicas do desemprego instrumentos teóricos e metodológicos que ajudem a entender essa ligação. Nesse sentido, não se pretende argumentar que são as características dos trabalhadores as responsáveis pelo desemprego, como defendido dentro de algumas vertentes do *mainstream*. Os principais determinantes do desemprego continuam sendo as variáveis ligadas a dinâmica da acumulação. Contudo, as características dos trabalhadores, pelo menos no que diz respeito à economia brasileira, podem ajudar a entender as diferenças na dinâmica do desemprego entre os diversos grupos que compõem o mercado de trabalho.

Na teoria econômica heterodoxa existem diversas contribuições relevantes para a compreensão do fenômeno do desemprego e que podem ajudar a entender a possível relação que existe entre esse fenômeno e a heterogeneidade dos trabalhadores no Brasil. Mesmo havendo muitas diferenças teóricas e metodológicas entre essas visões, existem vários pontos de convergência entre as linhas do pensamento econômico crítico. O esforço em construir nexos teóricos entre essas diferentes vertentes pode contribuir para uma compreensão mais precisa do desemprego.

Dessa forma, o objetivo geral deste trabalho é analisar a forma como a teoria macroeconômica heterodoxa, em particular as teorias pós-keynesiana e marxista, relaciona o desemprego com a heterogeneidade dos trabalhadores, de modo a entender os fatores que levam o desemprego a atingir de forma mais intensa alguns grupos de trabalhadores no mercado de trabalho brasileiro. Além disso, de maneira secundária, construir, mesmo que limitadamente, um diálogo entre essas duas vertentes do pensamento econômico, a fim de melhor compreender o fenômeno do desemprego no Brasil no século XXI.

Além disso, entender essa possível relação que existe entre a heterogeneidade dos trabalhadores e o desemprego é relevante por diversos motivos. O primeiro, de caráter mais teórico, é a vantagem de se ampliar o entendimento das causas e das múltiplas características do desemprego, ao se partir de uma leitura menos agregada do fenômeno. O segundo motivo está relacionado às políticas econômicas utilizadas para resolver esse problema potencial. Ao considerar que o desemprego pode apresentar especificidades quando tratados os diversos grupos que

compõem o mercado de trabalho, as políticas públicas de combate ao desemprego tornar-se-iam mais efetivas porque atingiriam diretamente os trabalhadores mais afetados pelo desemprego. Exemplos de políticas são aquelas voltadas para a inserção de determinados grupos no mercado de trabalho, como a política de primeiro emprego para jovens e assistência maternidade. Nas situações em que o desemprego apresenta níveis diferenciados entre os trabalhadores, essas políticas podem ser mais eficientes em reduzir o desemprego e seus efeitos do que as políticas universalistas.

Além dessa introdução e da conclusão em que são sintetizadas as principais contribuições, o artigo está organizado em mais três seções. Na primeira são apresentadas, brevemente, algumas evidências históricas e estatísticas da economia brasileira, que apontam para um alto grau de heterogeneidade na formação do mercado de trabalho brasileiro e o modo como isso se reflete no desemprego no século XXI. Com base nessas evidências, nas seções dois e três são discutidas as teorias macroeconômicas do desemprego pós-keynesiana e marxista, respectivamente, de modo a verificar como tais teorias tratam a heterogeneidade dos trabalhadores ao analisarem o desemprego.

## **1 A heterogeneidade e o desemprego: evidências para a economia brasileira**

### **1.1 Uma breve análise histórica**

Segundo o Novo Dicionário da Língua Portuguesa (FERREIRA, 1986), um elemento heterogêneo é aquele que é composto de partes constituintes diferentes quanto à espécie, qualidades ou características. Tratando especificamente dos seres humanos, a heterogeneidade se refere à qualidade de uma população na qual os seus integrantes mostram acentuadas características diferenciadas do ponto de vista biológico e/ou cultural. O modo pelo qual essa heterogeneidade pode se apresentar é diverso. Existem as diferenças de gênero, raciais, relacionadas à idade, à formação educacional, religiosas, geográficas, além de diversas outras expressões culturais que se manifestam nas pessoas a depender da região ou do país a que elas pertençam e que também são responsáveis por tornar a raça humana tão plural.

Os dados mais recentes sobre o mercado de trabalho brasileiro, com base nas pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), indicam a existência de um alto grau de heterogeneidade dos trabalhadores que ofertam a sua força de trabalho. Contudo, analisando a formação histórica do país, fica evidente que esse nem sempre foi um traço importante do mercado de trabalho brasileiro.

Até o final do século XIX, a mão de obra brasileira tinha uma característica racial predominante: eram homens e mulheres negros escravizados, que trabalhavam no setor agrícola ligado à exportação (PRADO JR, 1970). Apesar disso, também havia outras formas de relação de

trabalho, como a "servidão", que eram exercidas, geralmente, por homens e mulheres alforriados ou não negros (PRADO JR, 1963).

O fim da escravidão tornou a mão de obra dos negros disponível para outros setores da economia, mas o peso do setor agrícola na economia do Brasil manteve esses trabalhadores inseridos no setor primário, ou em sua grande maioria marginalizada (FURTADO, 1971). Com o início do trabalho assalariado, o trabalho produtivo de tempo integral passou a ser desempenhado principalmente pelos homens, enquanto que o trabalho parcial e doméstico era realizado por mulheres (NOGUEIRA, 2004).

Uma lei referente à propriedade da Terra, de 1850, e outra lei que regulava a relação de trabalho no regime de colonato e parceria, de 1879, tiveram papel central na determinação da disponibilidade de mão de obra assalariada no Brasil (DEDECCA, 2005). Através delas, os trabalhadores que deixavam de ser escravos e não eram contratados para trabalharem na lavoura passavam a estar disponíveis para outros serviços nos centros urbanos.

Outro fator que permitiu ampliar a disponibilidade de mão de obra no Brasil foi o início das imigrações vindas, especialmente, da Europa. Esses imigrantes, ao serem inseridos na dinâmica econômica, foram fundamentais para o desenvolvimento capitalista no Brasil. Apesar de terem vindo inicialmente para o setor agropecuário, a maior parte deles foi incorporado no mercado de trabalho como operários, sendo que alguns deles formaram o núcleo nascente da burguesia industrial. O movimento migratório foi também um elemento que contribuiu para alterar a composição da oferta de força de trabalho no mercado. (FERNANDES, 1981; SILVA, 1976)

Segundo Florestan Fernandes (1981), a reelaboração e a expansão do capitalismo comercial e financeiro mundial criavam uma pressão estrutural e funcional no sentido de ajustar a vida econômica interna aos padrões de uma economia capitalista. Por sinal, um dos polos em que essa pressão se manifestava era na expansão do trabalho livre devido à inserção dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro.

No final do século XIX e início do século XX, o Brasil experimentou os primeiros surtos de industrialização, ampliando a importância de outros setores da economia, além do agrícola (SILVA, 1976). O emprego industrial foi ocupado inicialmente por imigrantes ou descendentes desses, enquanto os negros continuaram atuando no setor agrícola e as mulheres ficavam, geralmente, fora do mercado de trabalho. O desenvolvimento industrial e os avanços na legislação foram mesclando as características do mercado de trabalho brasileiro, que passou a possuir uma composição altamente heterogênea. No que diz respeito às mulheres, somente em meados do século XX elas passaram a ser inseridas de forma mais plena no mercado de trabalho. Até então, o seu papel se

restringia majoritariamente ao cuidado do lar e trabalhos de subsistência (NOGUEIRA, 2004; GUIRALDELLI, 2007).

A tendência que leva o mercado de trabalho a se tornar heterogêneo não é uma especificidade apenas do Brasil. Esse processo está diretamente relacionado ao próprio desenvolvimento capitalista. Tomando como referência a análise que Marx (1983) faz sobre a dinâmica capitalista, a composição do mercado de trabalho está sempre submetida à acumulação de capital. O capitalismo necessita que a maior parte dos indivíduos detentores da mercadoria força de trabalho tenha a sua mão de obra utilizada de forma lucrativa pelo capital. Isso não significa que no capitalismo não haja exclusão ou discriminação, ao contrário, existe uma forte tendência do desenvolvimento das forças produtivas, especialmente com a revolução tecnológica, de tornar uma grande parte dos trabalhadores "desnecessária" ao sistema produtivo (MATTOS, 2002; SASSAKI, 1997). Essa relação dialética é uma das bases da dinâmica capitalista: ao mesmo tempo em que o sistema econômico mantém vários trabalhadores excluídos do processo produtivo, em vários momentos ele precisa ampliar a quantidade de trabalhadores com a força de trabalho disponível para a venda (ANTUNES, 2002).

A busca do capitalismo em tornar a maioria dos indivíduos disponível para o trabalho assalariado pode gerar várias situações degradantes, como é o caso do trabalho infantil. Por isso, Marx (1983) argumentava que a tendência em tornar os trabalhadores "livres" para serem contratualmente empregados, com o objetivo de inseri-los no mercado de trabalho, poderia sofrer resistência através da luta de classes. Por sua vez, mesmo mantendo a oposição entre capital e trabalho, as mudanças na composição do mercado de trabalho também foram alterando as próprias condições da luta de classes, na medida em que cada vez mais grupos diferentes de trabalhadores foram sendo incorporados no mercado de trabalho.

Seguindo a leitura de Marx (1983), no início do capitalismo, o mercado de trabalho nos países centrais era menos heterogêneo, pois era formado basicamente por homens brancos (REICH, GORDON, EDWARDS, 1973). Contudo, mesmo nas fases iniciais do capitalismo, havia elementos para diferenciar os trabalhadores. No processo de revolução industrial na Inglaterra, por exemplo, existiam os trabalhadores expulsos do campo e aqueles artesãos vivendo nos centros urbanos (HOBSON, 1996). O desenvolvimento das forças produtivas e o uso da maquinaria possibilitaram que fossem inseridos no processo produtivo outros membros da família, como as mulheres e as crianças (MARX, 1983). Algumas formas de inserção podiam variar a depender das características dos trabalhadores, mas em todos os casos a força de trabalho era utilizada de forma a beneficiar da melhor forma possível a acumulação de capital.

Para Antunes (2002), um mercado de trabalho heterogêneo é vantajoso para os capitalistas por permitir a ampliação do material humano explorável e também o grau de exploração. Contudo, Marx (1983) também reconhecia que havia limites para a tentativa do capital em submeter todos os membros da família ao processo produtivo, e um dos principais instrumentos para frear essa tendência era a luta de classes. Da mesma forma, segundo Polanyi (2000), o desenvolvimento capitalista possui um duplo movimento: de um lado estão as forças para manter e expandir o mercado "auto-regulável" e do outro, os esforços para proteger as pessoas e a sociedade das consequências negativas trazidas por um mercado que se "autorregula".

## **1.2 Evidências da heterogeneidade para o Brasil no século XXI**

Como analisado acima, o processo histórico de desenvolvimento do capitalismo no Brasil foi tornando a força de trabalho altamente heterogênea. Essa heterogeneidade, além de ser um traço característico da força de trabalho brasileira também se manifesta quando se analisa o desemprego no País. Observando alguns dados referentes à taxa de desemprego e à duração do desemprego no Brasil no final do século XX e início do século XXI, algumas evidências apontam para diferenças no nível e na dinâmica do desemprego quando se leva em consideração algum grau de heterogeneidade entre os trabalhadores.

Diante disso, o objetivo dessa seção é apresentar algumas estatísticas descritivas que enfatizam a importância das diferenças pessoais entre os trabalhadores, que expressam a heterogeneidade da força de trabalho do ponto de vista das características individuais, quando se analisa especificamente o desemprego. Para isso, são analisados os dados de desemprego em alguns grupos que compõem o mercado de trabalho do Brasil. A metodologia utilizada para a análise dos dados foi com base nos testes F e T de Student. Os resultados da análise seguem abaixo.

A base de dados para a análise tem como referência a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) realizada pelo SEADE/DIEESE. Como a pesquisa é realizada apenas para algumas regiões metropolitanas brasileiras (RMS) <sup>3</sup>, não se pode considerar que elas reflitam plenamente o resto do País, mas, em compensação, adicionam a questão da heterogeneidade regional na análise. O período de disponibilidade dos dados para todas as regiões cobre apenas os anos de 1998 a 2013, o que torna mais difícil identificar tendências de mais longo prazo.

O primeiro grupo analisado são as mulheres. No período de 1998 a 2013, todas as regiões metropolitanas brasileiras, apresentaram taxas de desemprego feminino estatisticamente superiores

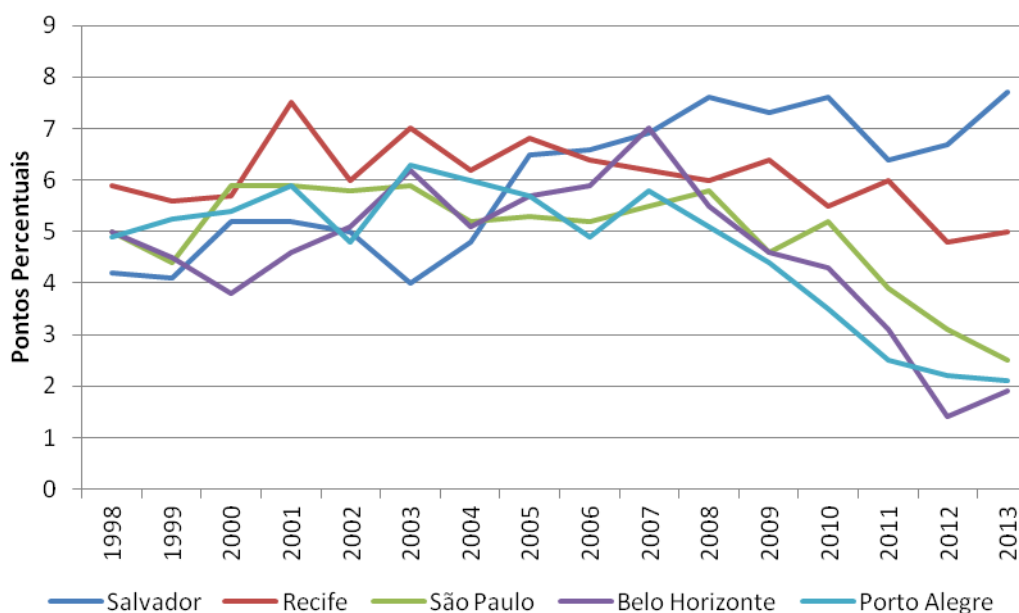
---

<sup>3</sup> São elas: Salvador, Belo Horizonte, São Paulo, Porto Alegre, Recife e Fortaleza. Como a região Metropolitana de Fortaleza foi inserida na pesquisa somente a partir de 2009, optou-se nesse trabalho por analisar os dados apenas das cinco primeiras regiões. Vale destacar que além dessas regiões metropolitanas a PED também existe para o Distrito Federal, a cidade de Porto Alegre e a Região do ABC.

às dos homens. Isso sugere que, apesar dos avanços na busca pela igualdade de direitos entre homens e mulheres, o mercado de trabalho brasileiro ainda sofre com algum tipo de discriminação de gênero, algo ainda mais evidente quando se consideram outras variáveis como a diferença de rendimentos (QUADROS, 2004).

No Gráfico 1 é apresentada a evolução da diferença entre a taxa de desemprego feminino e masculino nas cinco principais regiões metropolitanas brasileiras. Nesse período, em São Paulo, Belo Horizonte e Porto Alegre diminuiu a diferença na taxa de desemprego entre homens e mulheres. Em Recife houve oscilação, mas a diferença na taxa de desemprego não se distanciou da média em todo o período, com exceção de alguns anos em que a diferença entre homens e mulheres diminuiu em mais de um ponto percentual. Salvador foi a única das cinco regiões que apresentou aumento na diferença entre as taxas de desemprego durante o período, saindo de 4,2% em 1998 para 7,7% em 2013.

**Gráfico 1 - Diferença em pontos percentuais entre a taxa de desemprego das mulheres e dos homens - RMS - 1998 a 2013**

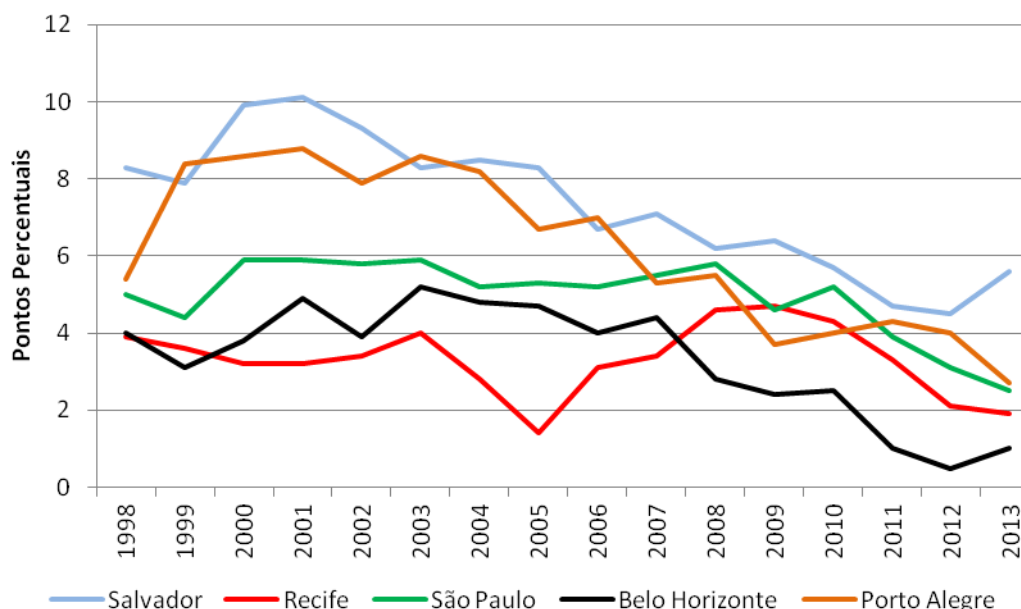


Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PED.

Quando é levado em consideração o elemento raça, as diferenças entre as taxas de desemprego dos negros e não negros é visível, como é possível constatar a partir do Gráfico 2 e confirmada pelos testes T realizados. Apesar da diminuição que ocorreu durante o período

analisado, a diferença na taxa de desemprego desses dois grupos ainda é alta em algumas regiões, como em Salvador.

**Gráfico 2 - Diferença em pontos percentuais entre a taxa de desemprego de negros e não negros - RMS - 1998 a 2013**



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PED.

Comparando os resultados entre as regiões, cada uma delas apresentou dinâmicas diferenciadas quando se investiga quais características dos trabalhadores estão associadas às taxas de desemprego maiores, se em termos de gênero ou em termos de raça. Com exceção dos anos de 2007 e 2009, em Porto Alegre a diferença na taxa de desemprego entre negros e não negros foi maior do que a diferença no desemprego entre mulheres e homens. Por outro lado, em Belo Horizonte e Recife o fator gênero foi responsável por maiores diferenças na taxa de desemprego do que o fator racial, na maior parte do tempo. Somente Salvador apresentou uma dinâmica própria. Entre 1998 a 2007 a diferença na taxa de desemprego era maior quando considerado o elemento racial. A partir de 2008, a diferença na taxa de desemprego foi maior quando considerado o fator gênero.

Outra característica que gera diferenças na taxa de desemprego no mercado de trabalho brasileiro é a idade. Os jovens de 16 a 24 anos têm as taxas mais altas de desemprego. Na medida em que o trabalhador brasileiro se torna mais velho, reduz a taxa de desemprego. Trabalhadores na faixa de 40 a 49 anos, por exemplo, têm em média taxas de desemprego 3 vezes menores do que os trabalhadores entre 16 a 24 anos, em todas as regiões metropolitanas analisadas no período de 1998 a 2013.



A duração média do desemprego no Brasil também indica que a heterogeneidade impõe dinâmicas diferenciadas para os grupos que compõem o mercado de trabalho (CACCIAMALI, 2012; ANTIGO e MACHADO, 2006). Contudo, os órgãos oficiais brasileiros não disponibilizam os dados agregados da duração média do desemprego separados por características pessoais. Todas as informações disponíveis estão no formato de microdados e sua estimação exigiria um esforço que vai além dos objetivos deste trabalho. A fim de superar essa limitação, foram utilizados os resultados encontrados em uma parte da literatura que discute o tema.

Reis e Aguas (2014), em uma pesquisa sobre a duração do desemprego das RMs brasileiras no período de 2006 a 2013 e tendo como base a pesquisa mensal de emprego (PME), concluem que as características dos indivíduos podem influenciar no tempo que eles ficam desempregados. O nível de escolaridade, a idade e o gênero, geralmente, determinam o tempo que os trabalhadores ficam desempregados. Pessoas com mais tempo de educação, mais novos e do sexo masculino mostram ter uma maior propensão de transitarem do desemprego para o emprego do que indivíduos com menos educação, mais velhos e do sexo feminino, segundo esses autores.

Menezes e Cunha (2012), utilizando a mesma base de dados (PME), mas para um período diferente (2002-2011), chegam a conclusões parecidas com as de Reis e Aguas (2014). Os resultados encontrados sugerem que a probabilidade é maior que mulheres, não brancos e não chefes de família permaneçam mais tempo desempregados. O único resultado que difere é em relação ao nível educacional. Segundo Menezes e Cunha (2012), níveis mais altos de escolaridade levam os trabalhadores a passarem mais tempo desempregados, resultado que é o inverso do encontrado por Reis e Aguas (2014).

De modo geral, os dados para o Brasil evidenciam que a heterogeneidade dos trabalhadores é um elemento que se reflete no desemprego, tanto no que diz respeito à sua taxa quanto à sua duração. Como os dados utilizados são baseados na pesquisa de desemprego das RMS, a heterogeneidade regional também é um elemento que atua nessa diferenciação. No caso do Brasil, as mulheres ainda ocupam uma condição no mercado de trabalho pior do que os homens. Mesmo apresentando uma tendência de redução na diferença percentual da taxa de desemprego entre os grupos quando se considera o gênero, em todas as regiões metropolitanas a taxa de desemprego é estatisticamente maior entre as mulheres. O mesmo se observa quando se trata da heterogeneidade racial: os negros apresentam taxas de desemprego estatisticamente superiores às dos não negros. Finalmente, analisando-se por faixa etária, os jovens têm taxas maiores do que os adultos.

Em relação à duração do desemprego, com base em uma parte da literatura que discute o tema (REIS e AGUAS, 2014; MENEZES e CUNHA, 2012; CACCIAMALI, 2012), em geral, a duração do desemprego é também maior nos grupos com maiores taxas de desemprego. Quando um

determinado grupo sofre com taxas mais altas de desemprego, esse já é um indicativo que os problemas econômicos e sociais para esse grupo são maiores do que para aqueles grupos que possuem taxas menores. Caso a duração do desemprego também seja elevada, a condição desse grupo torna-se ainda pior, já que ele permanece mais tempo na condição de desempregado (BARROS e MENDONÇA, 1997).

Apresentados os dados, as próximas seções discutem como as teorias heterodoxas explicam esta relação entre heterogeneidade da força de trabalho e o desemprego em geral, procurando elementos para interpretar a heterogeneidade e o desemprego no Brasil.

## **2 Teoria pós-Keynesiana do desemprego**

O fato de o Brasil não apresentar taxas agregadas de desemprego elevadas nos últimos anos, aparentemente, reduz a importância desse fenômeno como preocupação de política pública. Contudo, como apresentado na última seção, mesmo quando a taxa de desemprego é baixa no agregado, ela pode ser alta para alguns grupos, o que reforça a necessidade de estudar o fenômeno do desemprego por uma ótica desagregada. Nesse sentido, a teoria pós-keynesiana pode oferecer importantes contribuições para entender o desemprego no Brasil, mas é necessário verificar de que modo é possível inserir a heterogeneidade do mercado de trabalho dentro de seu arcabouço teórico.

Na Teoria Geral (TG) de Keynes (1983) o desemprego ocupa um espaço central na análise e é entendido como o problema fundamental da economia moderna. Em contraposição à visão neoclássica, a teoria de Keynes assume que não é possível compreender o desemprego analisando apenas o mercado de trabalho, resumindo a discussão a questões microeconômicas. Ao invés disso, a determinação teórica parte do estudo da dinâmica econômica mais geral e seus impactos sobre o emprego, especificamente. Há uma constatação de que o pleno emprego em uma economia capitalista não é uma situação facilmente atingível ou permanente, sendo que as situações com desemprego involuntário existem e podem ter um caráter persistente. Sendo assim, as políticas econômicas contra o desemprego são justificadas, já que o livre mercado não leva automaticamente ao pleno emprego.

Nesse sentido, a TG oferece alguns elementos importantes para a análise pós-keynesiana sobre o desemprego. Segundo Davidson (1998) <sup>4</sup>, o principal deles é o fato de o desemprego involuntário ser compatível com a existência de equilíbrio no nível de produto tanto no curto quanto no longo prazo. Segundo a visão pós-keynesiana, uma melhor compreensão do conceito de desemprego também pode ser feita a partir do entendimento do "princípio da demanda efetiva" (PDE).

---

<sup>4</sup> Nesse texto, Davidson (1998) aponta outros sete elementos da teoria de Keynes que foram incorporados pelos pós-keynesianos para compreender o desemprego.

Um dos principais pontos que fundamentam a ideia pós-keynesiana de que a economia pode se afastar de um regime de pleno emprego é a presença da moeda. A existência de um ativo com as características que a moeda possui é um dos fatores que levam à persistência do desemprego nas economias capitalistas, já que ela está ligada diretamente à existência da incerteza (DAVIDSON, 1999). Nesse sentido, a moeda não pode ser considerada neutra nem no curto e nem no longo prazo, como propõe a teoria neoclássica.

Dessa forma, o desemprego não é causado por algum grau de rigidez no mercado de trabalho e do produto, como defendem os novos-keynesianos. A presença da moeda, um ativo com alta liquidez, tem a capacidade de alterar a dinâmica econômica no curto e no longo prazo. O raciocínio por trás desse resultado é o seguinte. Considerando que um empresário tenha em suas mãos uma determinada quantidade de dinheiro, esta pode ser utilizada nas mais diferentes formas de investimento. Contudo, por estar em um ambiente em que o futuro é incerto, ele não sabe qual o retorno real dos investimentos. Surgem assim duas opções: ou assume-se o risco de fazer o investimento e com isso a possibilidade de não ter sucesso, ou decide-se ficar com o dinheiro na sua forma mais líquida, a moeda. Essa segunda alternativa, nesse contexto, faz com que a moeda cumpra uma função não produtiva, provocando alterações na direção da demanda efetiva e também no seu montante. Entender a moeda dessa forma é negar a lei de Say, que considera que a moeda seja neutra em relação ao setor real da economia. Sendo assim, a incerteza que acompanha o investimento e a não neutralidade da moeda estariam por trás das flutuações na demanda efetiva, provocando o desemprego. (DAVIDSON, 1998)

A moeda consegue cumprir essa função no sistema capitalista porque ela possui duas propriedades fundamentais que garantem a sua liquidez: a elasticidade de produção e substituição iguais a zero (KEYNES, 1983; OREIRO, 2011). A primeira propriedade significa que a moeda não é produzida através do trabalho incorporado no processo produtivo. A segunda trata da impossibilidade de substituir a moeda por outros ativos, já que somente ela consegue exercer, ao mesmo tempo, as funções de unidade de conta, meio de troca e reserva de valor (FERRARI FILHO e CONCEIÇÃO, 2001).

Na visão pós-keynesiana não há uma relação entre redução de salários e aumento no emprego (STOCKHAMMER, 2008; NICKELL, NUNZIATA e OCHEL, 2005). Para Davidson (1998), a curva de demanda por trabalho depende do nível de demanda efetiva, que por sua vez está relacionada com o nível de gastos do governo. Sendo assim, não é possível desenvolver uma curva de demanda por trabalho sem antes construir uma suposição sobre a demanda efetiva.

Dentro do debate pós-keynesiano, há também uma classe de modelos que incorporam o desemprego de longo prazo, o regime de crescimento e o poder de barganha dos trabalhadores (OREIRO, 2011). Assim, para Sasaki (2009), o aumento do poder relativo dos trabalhadores não

necessariamente eleva, no longo prazo, a taxa de desemprego de equilíbrio, pois ela depende do regime em que ocorre o equilíbrio de longo prazo. Se, por exemplo, o equilíbrio de longo prazo corresponde a um crescimento econômico do tipo *wage-led*<sup>5</sup>, conforme sustentam alguns modelos (DUTT, 1992; KALDOR, 1960 e 1978), um aumento relativo no poder de barganha dos trabalhadores não levaria a um aumento da taxa de desemprego (LAVOIE e STOCKHAMMER, 2013). Contudo, caso o equilíbrio de longo prazo seja caracterizado como *profit-led*<sup>6</sup>, o aumento do poder de barganha dos trabalhadores leva a um aumento na taxa de desemprego. O último resultado, como destaca Sasaki (2009), também é encontrado nos modelos do *mainstream*. Todavia, através desses não é possível alcançar o primeiro resultado. Em um ambiente econômico em que o regime de demanda seja *wage-led*, as mesmas condições que permitem a estabilidade no curto prazo dos mercados de bens tornam impossível a existência de um equilíbrio no longo prazo (STOCKHAMMER, et al., 2009).

Considerando um regime de demanda *wage-led*, Sasaki (2009) desenvolve um modelo kaleckiano de crescimento que incorpora a mudança tecnológica. Assim, a taxa de utilização da capacidade, a taxa de crescimento econômico, a distribuição de renda e a taxa de desemprego passam a ser determinados endogenamente. Esse não é o primeiro trabalho a considerar a determinação da taxa de desemprego explicitamente no modelo kaleckiano. Stockhammer (2004) utiliza um modelo ampliado que incorpora equações que determinam o emprego e a distribuição de renda. Variáveis relevantes como as instituições do mercado de trabalho também são inseridas em outros modelos, com o objetivo de medir os impactos dessas variáveis na determinação do desemprego (STOCKHAMMER e ONARAN, 2004; CASSETI, 2003, CALDENTY e VERNENGO, 2013).

Ao desenvolver uma nova abordagem para o crescimento econômico, em que são introduzidas relações não lineares entre as variáveis macroeconômicas, de modo a enfatizar as propriedades dinâmicas da economia capitalista, Bhaduri (2005) traz importantes contribuições para a compreensão dos ciclos econômicos e consequentemente do desemprego (OREIRO, 2011, HEIN e VOGEL, 2008). O autor insere o problema da demanda efetiva e do desemprego pelo lado da demanda, enquanto rejeita, do lado da oferta, o simplismo representado pela função de produção neoclássica. O modelo desenvolvido pelo autor possui três características básicas: em primeiro lugar, ele parte de um modelo de crescimento de Solow; em segundo, a demanda efetiva em sua análise não é usada para determinar a distribuição de renda no pleno emprego<sup>7</sup>, mas apenas o

---

<sup>5</sup> *Wage-led* é um regime de crescimento em que o aumento robusto dos salários é o principal responsável pela ampliação do investimento, via aumento do consumo (MARGLIN e BHADURI, 1990).

<sup>6</sup> No regime de crescimento *profit-led* o crescimento dos lucros é o principal indutor do crescimento do investimento.

<sup>7</sup> Dessa forma ele rejeita o enfoque kaleckiano em que a distribuição é resultado apenas do conflito de classes (BHADURI, 2005).

produto; por fim, reconhece o papel da competição interclasses e intraclasses como a principal força para conduzir o progresso técnico<sup>8</sup>. Em geral, ele tenta mostrar as condições que levam a economia a convergir para um estado de subutilização da capacidade produtiva, baixo crescimento econômico e, como consequência, alto desemprego (OREIRO, 2011).

## **2.1 Heterogeneidade da força de trabalho e a visão pós-keynesiana**

A teoria pós-keynesiana oferece instrumentos importantes para a análise do desemprego, mas, frequentemente, não considera os elementos ligados à heterogeneidade dos indivíduos em suas análises. No geral, a análise é feita como se todos os trabalhadores que sofrem com o desemprego involuntário fossem iguais. Nessas condições, as políticas de demanda efetiva podem ser implementadas de forma geral, pois se entende que os trabalhadores serão atingidos da mesma forma pela possível redução no desemprego. As diferenças entre os trabalhadores não representam uma variável relevante para a análise do desemprego. Contudo, não levar em consideração essa variável pode aprofundar o problema do desemprego em alguns grupos, mesmo diante de políticas de combate a esse problema.

A situação de equilíbrio de pleno emprego, objetivo da política econômica, não significa que não haverá desemprego, mas que a um determinado salário todos os trabalhadores podem ser empregados. Aqueles que permanecerem desempregados estarão nessa condição de forma "voluntária", por não aceitarem o nível salarial estabelecido. Um exemplo seria imaginar que a taxa de desemprego no nível de pleno emprego fosse de 5%. Considerando que a força de trabalho seja homogênea, essa taxa pode refletir de forma mais precisa a condição real de pleno emprego dos trabalhadores. Mas se as taxas de desemprego são diferentes entre os grupos que compõem o mercado de trabalho, o grupo que tiver uma taxa de desemprego maior irá requerer que outro grupo tenha uma taxa de desemprego menor para manter a taxa de desemprego média compatível com o pleno emprego. Com isso, uma situação de aparente pleno emprego pode esconder altas taxas de desemprego involuntário entre alguns grupos.

Dessa forma, a heterogeneidade dos trabalhadores é um elemento que deve ser considerado quando se analisa a condição de pleno emprego, especialmente em economias como a do Brasil, com uma força de trabalho heterogênea. Além disso, muitos autores argumentam que mesmo quando se alcança a condição de pleno emprego econômico, não há nada que possa garantir boas condições nos empregos que são ofertados (PEREIMA e NASCIMENTO, 2012). Subemprego, informalidade, baixos salários, condições precárias de trabalho, são elementos que em alguns momentos ficam ocultos por trás de uma possível condição de pleno emprego. Além disso, ao

---

<sup>8</sup> Essa relação também está presente em Marx (1983), mas nesse caso é enfatizado o papel das inovações que poupam trabalho e criam/mantêm o "exército industrial de reserva".

inserir a heterogeneidade dos trabalhadores na discussão, percebe-se que a condição do pleno emprego em vários momentos é alcançada apenas para alguns grupos de trabalhadores, enquanto outra parte continua sofrendo com um desemprego maior e as suas consequências.

A contribuição pós-keynesiana para o entendimento dos elementos por trás do desemprego são relevantes. Ao mostrar como as variáveis do lado da demanda afetam os níveis de emprego, a teoria pós-keynesiana constrói uma alternativa para o argumento neoclássico de que as instituições que representam os interesses dos trabalhadores é que são responsáveis pelo desemprego. Nesse sentido, o desemprego é plenamente compatível com uma situação de equilíbrio e, por isso, depende de intervenções do Estado para que a economia movimente-se para outro ponto de equilíbrio que seja de pleno emprego.

Os resultados da análise pós-keynesiana fornecem diversos instrumentos para o estudo e a redução dos efeitos do desemprego agregado. Contudo, por não considerar as diferenças entre os trabalhadores, as soluções propostas para reduzir o desemprego nem sempre atingem de forma igual à força de trabalho que se encontra desempregada, como no caso brasileiro. Nesse sentido, inserir a heterogeneidade dos trabalhadores na análise pós-keynesiana pode contribuir para a construção de políticas de estímulo à demanda efetiva mais eficientes de combate ao desemprego, além de ser um passo importante no desenvolvimento da agenda de pesquisa dessa escola.

### **3 A Teoria Marxista**

A teoria marxista do desemprego também pode oferecer importantes insights para a compreensão do desemprego no Brasil e o modo como ele está relacionado com a heterogeneidade do mercado de trabalho. Nos termos da Lei Geral da Acumulação Capitalista desenvolvida por Marx (1983), o desemprego é uma engrenagem central da dinâmica econômica. Não se trata de uma "anomalia" do capitalismo, mas um elemento que faz parte da lógica intrínseca de seu funcionamento. Ao analisar o desemprego, Marx (1983) utiliza o conceito "Exército Industrial de Reserva" (EIR) que, ao mesmo tempo em que inclui os trabalhadores desempregados, possui um sentido mais amplo do que o conceito de desemprego (BASU, 2013). Mas antes de tratar diretamente desse conceito, é importante apresentar alguns elementos do pensamento de Marx que fundamentam a sua compreensão sobre a dinâmica capitalista.

O ponto inicial para analisar a teoria marxista do desemprego é o livro I, volume II, de O Capital, especialmente o capítulo XXIII em que o autor apresenta a Lei Geral da Acumulação Capitalista. Em resumo, o objetivo de Marx em escrever esse capítulo é descrever a influência que o crescimento do estoque e do valor do capital exerce sobre a vida dos trabalhadores. Para isso, ele

analisa, em primeiro lugar, as situações que levam a uma demanda crescente da mão de obra e, posteriormente, o que leva a uma redução nessa mesma demanda.

Para entender a primeira situação, Marx assume a hipótese de que a composição orgânica do capital seja constante, isto é, ele assume que a relação entre o capital variável (valor da força de trabalho) e o capital fixo (valor dos meios de produção) se mantenha na mesma proporção. Ao assumir essa suposição, Marx está excluindo do seu modelo o ganho relacionado à produtividade, para verificar o comportamento da demanda por trabalho nessas condições.

Tendo como base a hipótese de que a composição orgânica seja constante, Marx chega a algumas importantes conclusões. A primeira delas é a de que, mesmo que se mantenha a proporção de trabalhadores e meios de produção, a escala da acumulação de capitais continua a crescer, e, conseqüentemente, o número de trabalhadores inseridos na produção aumenta. Uma segunda conclusão, decorrente dessa primeira, é o fato de que, ao ampliar a demanda por trabalhadores, os salários deverão elevar-se, o que induz a uma melhora na vida dos trabalhadores. Marx ressalta, todavia, que essa melhoria nas condições dos trabalhadores não significa que a relação de subordinação da força de trabalho ao capital tenha chegado ao fim. O que acontece nessas situações é que a exploração torna-se menos intensiva e mais extensiva, o que explicaria essa melhora.

A segunda situação é baseada na hipótese de que a composição do capital seja crescente. Ao invés da relação entre trabalhadores e meios de produção ser mantida constante, como na primeira hipótese, nessa segunda situação há uma tendência para um aumento maior dos meios de produção em relação ao número de trabalhadores. Essa hipótese é mais condizente com a ideia geral contida em *O Capital*, pois Marx considera que o desenvolvimento do capitalismo e da acumulação de capital gera uma tendência ao aumento na quantidade do capital constante e redução do capital variável. Como consequência, há uma ampliação na extração da mais-valia relativa, via aumento da intensidade na exploração dos trabalhadores e avanço tecnológico dos meios de produção.

O aprofundamento da acumulação capitalista por meio dessa alteração na composição orgânica do capital leva à criação de uma massa de trabalhadores que não é aproveitada diretamente pelo capital. Nesse ponto é que Marx cria o conceito do EIR, para caracterizar esses trabalhadores que não estão completamente inseridos no processo produtivo. Uma leitura apressada poderia considerar que essa massa de trabalhadores são os desempregados, mas a teoria de Marx coloca o Exército Industrial em uma condição mais ampla e complexa do que a situação de desemprego.

O EIR representa uma força de trabalho que não é utilizada permanentemente na produção, mas que serve aos interesses do capital de diversas formas. Uma delas é o uso desses trabalhadores nos períodos de crescimento econômico e aumento da demanda por força de trabalho. A presença do EIR impede os trabalhadores que já estão inseridos na dinâmica econômica, diante de um aumento na demanda por sua mão de obra, sempre recebam aumentos salariais ou exijam outros

tipos de benefícios. Isso ocorre porque os trabalhadores empregados na produção podem ser substituídos por aqueles que ficam à margem do sistema produtivo, caso passem a exigir benefícios que os que estão à margem não exigem. Sendo assim, apesar de não negar por completo o papel da demanda e da oferta de trabalho, Marx considera que a presença do Exército Industrial reduz o raio de ação dessa relação mercantil.

Na sua obra, Marx descreve algumas formas em que o EIR pode se manifestar: a forma líquida, latente e a estagnada (RUSSELL, 2001). Essa divisão é utilizada não apenas para categorizar esses trabalhadores, mas também organizá-los de acordo com a disponibilidade para o uso do capital (GRANATO NETO, 2013). A primeira forma diz respeito aos trabalhadores que já foram inseridos no sistema produtivo e que estão temporariamente fora dele. Esse é o subgrupo do EIR que mais rapidamente pode ser inserido de volta no sistema produtivo. Já a forma latente são os trabalhadores que estão em setores econômicos que não estão diretamente relacionados com a produção do capital. Marx usa como exemplo o setor agrícola. Esses trabalhadores são inseridos na indústria somente em casos excepcionais. Por fim, na terceira forma, a estagnada, estão os trabalhadores que possuem ocupações irregulares. Na época em que Marx escreveu *O Capital*, o melhor exemplo que ele possuía era o trabalhador doméstico. Além de não haver uma regulação para o serviço, existem mais duas características para a forma estagnada: o tempo de trabalho é o máximo possível e a remuneração é a menor possível. Observando o capitalismo do final do século XX e início do século XXI, especialmente em países subdesenvolvidos como o Brasil, essa caracterização também permite inserir diversos setores da economia informal, em situações de emprego, dentro do conceito de EIR.

Apesar de não diferenciar os trabalhadores que fazem parte de cada uma dessas subcategorias do EIR, fica claro que Marx não estava tratando os trabalhadores como se compusessem uma classe homogênea (GRANATO NETO e GERMER, 2013). Ao separar conceitualmente os trabalhadores inseridos na dinâmica econômica daqueles que ficam à margem do processo de acumulação, a teoria marxista passa a tratar de dois tipos diferentes de trabalhadores. Sendo que ao dividir o EIR em mais três camadas, um grau mais profundo de heterogeneidade passa a ser considerado. Obviamente, a análise de Marx centra-se na diferenciação dos trabalhadores com base na forma em que são inseridos ou excluídos do sistema capitalista de produção e não nas suas características pessoais. Contudo, é possível trabalhar com a heterogeneidade dos trabalhadores com base nessas categorias.

Ao utilizar a categoria do EIR, Marx amplia a noção de desemprego ao mostrar como ele se insere dentro de uma dinâmica mais ampla, que é a da acumulação de capital. Além disso, permite uma compreensão mais precisa da utilidade que os trabalhadores que ficam à margem do sistema produtivo têm para garantir os mecanismos de acumulação. Sendo assim, a teoria de Marx (1983)



sobre o desemprego pode ser sintetizada da seguinte forma. Marx considera que o salário real pago aos trabalhadores é uma função da demanda derivada por trabalho. Na medida em que ocorre um aumento no emprego efetivo, há uma tendência de o salário real também aumentar, reduzindo o excedente dos capitalistas. Quando o nível salarial pago aos trabalhadores passa a reduzir o excedente, os capitalistas reduzem o seu investimento, provocando uma queda no emprego efetivo. Para Marx (1983), no curto prazo a oferta de força trabalho é relativamente inelástica. Com isso, a função do EIR seria de tornar a oferta de força de trabalho mais elástica ao salário, isto é, tornar o salário menos suscetível a aumentar na medida em que o emprego efetivo crescesse.

Segundo Straussman (1977), além de servir para regular os salários e controlar a militância dos trabalhadores, especialmente em períodos de crise econômica, o "Exército Industrial" também é útil para desconstruir as estatísticas oficiais referentes à quantidade real de trabalhadores desempregados. Através desse conceito, é possível ampliar a compreensão do que é o desemprego, além de criar mecanismos capazes de reduzir o seu impacto sobre a classe trabalhadora.

Granato Neto e Germer (2013) utilizam as categorias marxistas para analisar o desemprego no Brasil. Em seu trabalho, os autores desenvolvem o conceito de EIR desenvolvido por Marx e, a partir dele, fazem um experimento empírico na tentativa de mensuração do Exército Industrial no Brasil na década de 2000, tendo como base os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Esse tipo de pesquisa também foi feita por Foster, Mcchesney e Jonna (2011), que utiliza as informações das pesquisas estatísticas da OIT para mensurar o EIR mundial.

**Tabela 1 - Composição do Exército Industrial de Reserva - Brasil - 2001 a 2009**

Ano	Exército Ativo	EIR (Total)	EIR (Flutuante)	EIR (Latente)	EIR (Estagnado)
2001	39,8%	57,3%	6,9%	31,7%	18,7%
2002	40,4%	56,5%	6,7%	30,8%	19,0%
2003	40,4%	56,7%	7,3%	30,6%	18,8%
2004	41,7%	55,3%	6,7%	29,7%	18,9%
2005	42,0%	54,9%	7,0%	29,3%	18,7%
2006	42,9%	53,9%	6,4%	29,5%	18,0%
2007	43,7%	53,6%	6,1%	29,6%	17,8%
2008	45,4%	51,3%	5,4%	29,1%	16,8%
2009	45,0%	51,9%	6,4%	28,8%	16,7%

Fonte: Elaboração própria com base em Granato Neto e Germer (2013)

Utilizando as três formas em que o EIR se manifesta (latente, estagnada e flutuante), Granato Neto e Germer (2013) transpõem essas categorias de análise para as classificações usadas na pesquisa do IBGE. A principal dificuldade para esse tipo de trabalho, segundo os autores, é adaptar e interpretar dados que foram medidos com metodologias e referenciais teóricos diferentes do marxismo. Para que os conceitos marxistas sejam aplicados com uma maior precisão teórica

seria necessário que os dados fornecidos pelo IBGE fossem mais desagregados. Dessa forma seria mais fácil aproximar as definições estatísticas das categorias teóricas fornecidas por Marx. Apesar desses problemas, foram encontrados alguns resultados importantes.

As conclusões do trabalho indicam que o EIR no Brasil variou entre 57% e 51% da força de trabalho entre 18 a 60 anos durante os anos 2000, sendo formada em sua grande maioria pelas camadas latentes e estagnada. Outro elemento observado pelos autores são as diferenças na composição do EIR. Os resultados indicam um grau de heterogeneidade quando se analisam as três categorias que compõem o EIR em termos regionais, de gênero e de faixa etária. O Exército Industrial é composto na sua maior parte por mulheres, sendo que apenas na camada estagnada os homens estão em maior número. Nas outras duas, latente e flutuante, as mulheres são a grande maioria. A Tabela 1 mostra a composição do EIR do Brasil e a sua dinâmica entre 2000 a 2009.

Em termos geográficos, as regiões mais desenvolvidas apresentam uma camada flutuante maior, enquanto que, nas regiões menos desenvolvidas, as camadas estagnada e latente estão em maior quantidade. Na classificação por faixa etária, os trabalhadores mais jovens estão concentrados na camada flutuante e os trabalhadores mais experientes na estagnada. Outra importante conclusão apontada por Granato Neto (2013) é de que na divisão de classes e na segmentação da classe trabalhadora, observa-se que os homens são os que compõem majoritariamente a classe capitalista e o exército ativo. Por outro lado, as mulheres são a maior parte do EIR total, apesar de algumas camadas elas serem relativamente menores do que os homens.

Esses dados mostram que durante os anos 2000 houve uma redução do EIR (Total) no Brasil em mais de cinco pontos percentuais. Nesse período o Brasil experimentou um grande crescimento econômico, o que levou uma parte dos trabalhadores a serem incorporados no exército ativo (GRANATO NETO E GERMER, 2013).

### **3.1 A heterogeneidade dos trabalhadores e a visão marxista**

Nas contribuições de alguns autores marxistas, como Mariátegui (2007), é possível perceber que a teoria marxista possui elementos compatíveis com uma análise do desemprego que incorpore os elementos que tornam os indivíduos heterogêneos. Esse autor buscou construir, em seus estudos sobre a realidade do Peru, uma análise marxista que conseguisse explicar as condições de alguns grupos sociais que possuíam características específicas, em especial os povos indígenas que ocupavam o país. Segundo Chadarevian (2007), isso é possível porque a teoria marxista possui instrumentos teóricos que auxiliam na compreensão da dinâmica econômica de modo mais amplo. Além disso, essa teoria leva em consideração os fatores históricos, políticos, institucionais, não se restringindo a um olhar meramente econômico dos fatos. Mas entre todos os fatores, um dos principais elementos que torna a teoria marxista do desemprego compatível enquanto uma análise

que considere a heterogeneidade entre os trabalhadores de forma mais ampla é o próprio conceito do EIR (CHADAREVIAN, 2009).

Granato Neto (2013) destaca que o EIR é formado por grupos heterogêneos, apesar de não se referir à heterogeneidade como sendo relativa apenas às características pessoais dos trabalhadores. O que o autor chama de heterogeneidade diz respeito, principalmente, às condições de vida média, as origens e o tempo médio em que os trabalhadores permanecem no EIR. Por ser composta por três camadas diferentes, essa categoria marxista assume a existência de formas diferenciadas de inserção dos trabalhadores na dinâmica econômica capitalista. Ao associar essas categorias teóricas às definições presentes nas pesquisas estatísticas de órgãos oficiais, autores como Granato Neto e Germer (2013) e Foster, Mcchesney e Jonna (2011) contribuem para que a teoria marxista do desemprego seja utilizada para entender o modo como os diferentes grupos de trabalhadores que compõem o mercado de trabalho são afetados pelo desemprego.

Usando dados estatísticos da economia brasileira interligados com as categorias marxistas, Granato Neto (2013) aponta que algumas características dos trabalhadores desempenham um papel importante na determinação da camada do EIR que será ocupada por cada grupo de trabalhador no Brasil. Características como gênero, idade e posição geográfica alteram o modo de inserção e exclusão dos trabalhadores no sistema produtivo. Analisando o EIR, o autor conclui que os trabalhadores que sofrem com preconceitos sociais, como as mulheres, os negros, os com baixo nível de escolaridade, por exemplo, tendem a ficar mais tempo no EIR do que os trabalhadores brancos, com nível de escolaridade média ou alta. É comum também que os trabalhadores com essas características ocupem as camadas do EIR com maiores dificuldades de serem reintegradas na produção capitalista, como o EIR Estagnado (FERRAZ, 2010).

De modo geral, não há como entender a teoria marxista do desemprego sem antes compreender diversas outras categorias desenvolvidas por Marx, em especial o EIR. Com base nesse conceito, os desempregados estão inseridos dentro de um conjunto mais amplo de trabalhadores que não é empregado pelo capital, mas que está disponível para ser empregado por ele dependendo das circunstâncias. Sendo que a formação desse Exército está diretamente relacionada com a dinâmica capitalista.

Ao entender a forma como Marx descreve o sistema capitalista, é possível entender o modo como o capital vai produzindo uma massa de trabalhadores que não são incorporados no processo de valorização e acumulação, mas que são úteis aos seus interesses. Por se tratar de um conceito mais amplo do que o do desemprego, a categoria marxista do EIR permite uma análise mais completa do modo como a dinâmica capitalista afeta a vida dos trabalhadores, tanto os que estão dentro quanto os que estão fora do circuito do capital industrial. Além disso, através dele, é possível

identificar de que forma os diversos grupos que compõem o mercado de trabalho são afetados pelo desemprego.

Um dos principais avanços ao tratar da heterogeneidade dos trabalhadores, tendo como base as categorias marxistas, ocorre quando se busca identificar nas estatísticas oficiais os conceitos que são equivalentes aos da teoria marxista (GRANATO NETO, 2013; GRANATO NETO, GERMER, 2013; FOSTER, MCCHESENEY, JONNA, 2011). Através da metodologia utilizada por esses autores, é possível instrumentalizar uma análise que já possui um referencial teórico relevante, de modo a contribuir na compreensão dos fenômenos econômicos da economia capitalista, em particular da economia brasileira com sua força de trabalho heterogênea.

## **Conclusão**

Apesar de ser um traço importante na sociedade em geral e no Brasil especificamente, a heterogeneidade entre os trabalhadores é um elemento pouco levado em consideração dentro da pesquisa econômica do desemprego. Em diversos trabalhos que discutem o desemprego, como em Friedman (1968), Amadeo e Estevão (1994), Keynes (1983), Davidson (1999) e Goodwin (1967), a heterogeneidade, não é tratada diretamente. Diferente dessas análises, uma das hipóteses desse trabalho é de que considerar as diferenças entre os trabalhadores pode ser um elemento fundamental para entender de forma mais clara a realidade econômica, especialmente nos estudos sobre o desemprego.

Nesse trabalho foi apresentado, resumidamente, o modo como duas teorias macroeconômicas tratam o fenômeno do desemprego involuntário. Guardadas as suas devidas diferenças, nas visões pós-keynesiana e marxista o desemprego é tratado como um fenômeno intrínseco ao capitalismo, sendo em muitos momentos necessário para o seu funcionamento. Contudo, apesar de apontarem elementos que ajudam na compreensão do desemprego, essas análises não incorporam diretamente a heterogeneidade presente no mercado de trabalho em seus constructos teóricos. Em nenhuma delas é considerado que o desemprego pode apresentar diferenças a depender das características pessoais dos trabalhadores, como gênero e raça. Essas duas escolas trazem importantes contribuições para a análise do desemprego agregado, mas são limitadas em explicar que os mesmos fenômenos macroeconômicos afetem os trabalhadores de formas diferentes, como observado no Brasil. Mesmo reconhecendo o papel das demais variáveis macroeconômicas na determinação do desemprego, existem alguns fatores que caracterizam os indivíduos, como gênero e raça, que também podem ser responsáveis por fazer os trabalhadores ficarem desempregados.

Com base nisso, esse trabalho discutiu se as teorias heterodoxas reconhecem a heterogeneidade dos indivíduos em suas análises do desemprego, de modo a ajudar a compreender

o desemprego no Brasil no século XXI. A principal conclusão é que, em geral, elas não tratam diretamente desses elementos, algo percebido principalmente quando se observa os pressupostos que fundamentam cada análise. Como não apresentam contribuições específicas para a análise da heterogeneidade, é necessário identificar se essas teorias oferecem algum tipo de instrumento teórico e metodológico para inserirem esses elementos nas suas análises. Nesse sentido, tanto o marxismo quanto o pós-keynesianismo, por tratarem o desemprego como um fenômeno pertencente ao capitalismo, podem acrescentar as diferenças dos indivíduos na agenda de pesquisa dessas escolas.

No marxismo, os esforços em relacionar as categorias desenvolvidas por Marx, em especial o EIR, com os dados estatísticos do Brasil, possibilitam uma análise do desemprego que leve em consideração as diferenças entre os trabalhadores. Essa escola fornece instrumentos teóricos para compreender o desemprego nos diversos grupos que compõem a classe trabalhadora, sem, todavia, reduzir a importância dos determinantes gerais do desemprego. Nesse sentido, mesmo inserindo a heterogeneidade dos trabalhadores na análise, a acumulação de capital continua sendo a variável mais importante para compreender a dinâmica econômica capitalista e a formação do EIR.

Na teoria pós-keynesiana, a heterogeneidade entre os trabalhadores deve ser levada em consideração, principalmente, no momento em que são construídas as proposições de política econômica para levar a economia ao pleno emprego. Como discutido, propor políticas de pleno emprego que não consideram as diferentes taxas de desemprego existentes no mercado de trabalho podem ser ineficazes em seus objetivos. Os grupos que sofrem com taxas mais elevadas precisam de políticas específicas, que muitas vezes podem diferir das políticas gerais de combate ao desemprego. Esses elementos podem compor uma nova agenda de pesquisa dentro da teoria pós-keynesiana de desemprego.

Além disso, os métodos utilizados por essas duas escolas, especialmente o marxismo, permite uma análise mais plural e que dialogue com outras áreas do conhecimento. Isso é fundamental quando se procura construir uma abordagem que consiga incorporar outros elementos que não fazem parte do "núcleo duro" da economia, como o preconceito racial e de gênero. Tais variáveis podem ajudar a explicar as diferenças no nível do desemprego entre os diversos grupos que compõem a classe trabalhadora e assim dotar a luta de classes de maior complexidade.

## Referências

AMADEO, E. J.; ESTEVÃO, M. **A teoria econômica do desemprego**. São Paulo: Hucitec, 1994. 254 p.

- ANTIGO, M. F.; MACHADO, A. F. Transições e duração do desemprego: uma revisão da literatura com novas evidências para Belo Horizonte. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 16, n. 3, p. 375-406, set./dez. 2006.
- ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 6. ed. São Paulo: Boitempo, 2002. 264 p.
- BARROS, R. P.; MENDONÇA, R. S. P. **Flexibilidade do Mercado de Trabalho Brasileiro**: uma Avaliação Empírica. Rio de Janeiro: IPEA, 1997. (Texto para discussão n. 452).
- BASU, D. The Reserve Army of Labor in the Postwar U.S. Economy. **Science & Society**, New York, v. 77, n.2, p. 179-201, apr. 2013.
- BHADURI, A. Endogenous economic growth: a new approach. **Cambridge Journal of Economics**, Cambridge, v. 30, n. 1, p. 69-83, may. 2005.
- CACCIAMALI, M. C. Determinantes da duração do desemprego no Brasil em crises econômicas. In: Seminário de Diagnósticos e Prognósticos de Políticas para o Mercado de Trabalho, 2012, São Paulo - SP. **Anais...** São Paulo: Programa de Integração da América Latina (PROLAN), 2012.
- CALDENTY, E. P.; VERNENGO, M. **Wage and Profit-led Growth**: The Limits to Neo-Kaleckian Models and a Kaldorian Proposal. New York: Levy Economics Institute, sept., 2013. (Working paper n. 775).
- CASSETI, M. Bargaining power, effective demand and technical progress: a Kaleckian model of growth. **Cambridge Journal of Economics**, Cambridge, v. 27, n.3, p. 449-64, may. 2003.
- CHADAREVIAN, P. C. Elementos para uma crítica da teoria neoclássica da discriminação. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, Rio de Janeiro, n. 25, p. 104-132, dez. 2009.
- CHADAREVIAN, P. C. Elementos para uma crítica da teoria neoclássica da discriminação. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, Rio de Janeiro, n. 25, p. 104-132, dez. 2009.
- DAVIDSON, P. Colocando as evidências em ordem: macroeconomia de Keynes versus velho e novo keynesianismo. In: Tadeu Lima, G. Sicsu, J. De Paula, L.F. (organizadores). **Macroeconomia moderna**. Campus: Rio de Janeiro, 1999. Cap. 2, p. 33-64.
- DAVIDSON, P. Post Keynesian employment analysis and the macroeconomics of OECD unemployment, **Economic Journal**, Oxford, v. 108, p. 817-31, may. 1998.
- DEDECCA, C. S. Notas sobre a Evolução do Mercado de Trabalho no Brasil. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 25, n. 1, (97), p. 94-111, jan./mar. 2005.
- DRUMMOND, C. E. I. A Lei Geral de Acumulação Capitalista: uma Análise a partir de um Modelo de Goodwin Modificado. **Análise Econômica**, Porto Alegre, v. 29, n. 55, p. 155-169, mar. 2011.
- DUTT, A. K. A Kaldorian model of economic growth and development revisited: a comment on Thirlwall. **Oxford Economic Papers**, Oxford, v. 44, n.1, p. 156-68, jan. 1992.

FERNANDES, F. **A Revolução Burguesa no Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. 512 p.

FERRARI FILHO, F.; CONCEIÇÃO, O. A. C. A noção de incerteza nos pós-keynesianos e institucionalistas: uma conciliação possível? **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 11, n. 1, p. 99-122, jul. 2001.

FERRAZ, D. L. S. Desemprego, Exército de Reserva, Mercado Formal e Informal: Rediscutindo Categorias. 2010, 274f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Escola de Administração, Porto Alegre.

FERREIRA, A. B. H. Heterogeneidade. In: FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Eritema. Novo dicionário da língua portuguesa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986. 485 p.

FOSTER, J. B.; McCHESNEY, R. W.; JONNA, R. J. The Global Reserve Army of Labor and the New Imperialism, **Monthly Review**, New York, v. 63, n. 6, p. 6-38, nov. 2011.

FRIEDMAN, M. The Role of Monetary Policy. **American Economic Review**, Pittsburgh, v. 58, n. 1, p. 1-17, mar. 1968.

FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Nacional, 1971. 352 p.

GOODWIN, R. M. A growth cycle. In: FEINSTEIN, C. H. (Ed.). **Socialism, capitalism and economic growth**. London/New York: Cambridge University Press, 1967. Cap. 4 (Parte I), p. 54-59.

GORDON, D. M. The Un-Natural Rate of Unemployment: An Econometric Critique of the Nairu Hypothesis. **The American Economic Review**, Pittsburgh, v. 78, n. 2, p. 117-123, may. 1988.

GRANATO NETO, N. N. **Exército Industrial de Reserva: Conceito e Mensuração**. 2013. 125f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Paraná, Pós Graduação em Economia, Curitiba.

GRANATO NETO, N. N.; GERMER, C. M. A evolução recente do mercado de força de trabalho brasileiro sob a perspectiva do conceito de exército industrial de reserva. **Revista Ciências do Trabalho**, v. 1, n. 1, p. 162-181, 2013.

GUIRALDELLI, R. Presença feminina no Mundo do Trabalho: História e Atualidade. **Revista da RET (Rede de Estudos do Trabalho)**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 4-19, nov. 2007.

HEIN, E.; VOGEL, L., Distribution and Growth Reconsidered Empirical Results for Six OECD Countries, **Cambridge Journal of Economics**, Cambridge, v. 32, n.3, p. 479-511, dec. 2008.

HOBSON, J. A. **A Evolução do Capitalismo Moderno: Um Estudo da Produção Mecanizada**. São Paulo: Nova Cultural, 1996. 316 p.

KALDOR, N. **Essays on Economic Stability and Growth**. Glencoe: The Free Press, 1960. 302 p.

KALDOR, N. **Further Essays on Economic Theory**. New York: Holmes & Meier, 1978. 232 p.

KEYNES, J. M. **Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda**. São Paulo: Abril Cultural (Coleção Os Economistas), 1983. 352 p.

LAVOIE, M.; STOCKHAMMER, E. **Wage Led Growth: An equitable Strategy for Economic Recovery**. New York: Palgrave Macmiliam, 2013. 250 p.

MARGLIN, S.; BHADURI, A. Unemployment and the real wage: the economic basis for contesting political ideologies. **Cambridge Journal of Economics**, Cambridge, v. 14, n. 4, p. 375-393, dec, 1990.

MARIÁTEGUI, J. C. **Sete ensaios de interpretação da realidade peruana**. São Paulo: Expressão Popular, 2007. 330 p.

MARX, K. **O capital: Crítica da Economia Política**. Vol. II, São Paulo: Abril Cultural (Coleção os Economistas), 1983. 496 p.

MATTOS, E A. Deficiente Mental: Integração/Inclusão/Exclusão. **Videtur**, Salamanca, v.13, p. 03-20, 2002.

MENEZES, W.; UCHOA, C. F. A.; MAIA, S. F. A histerese do desemprego na região metropolitana de Salvador. **Revista da ABET**, Curitiba, v. 5, n. 1, p.3-28, jan./jun. 2005.

NICKELL, S.; NUNZIATA, L.; OCHEL, W. Unemployment in the OECD since the 1960s. What Do We Know? **The Economic Journal**, Londres, v. 115, n.500, p. 1–27. jan. 2005.

NOGUEIRA, C. M. **A feminização no mundo do trabalho**: entre a emancipação e a precarização. Campinas: Autores Associados, 2004. 112 p.

OREIRO, J. L. Economia Pós-Keynesiana: origem, Programa de pesquisa, questões resolvidas e desenvolvimentos futuros. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 32, n. 2, p. 283-312, nov. 2011.

PEREIRA, J. B.; NASCIMENTO R. Crescimento, emprego e renda no Brasil: rumo ao pleno emprego produtivo. **Revista Economia & Tecnologia (RET)**, Curitiba, v. 8, n. 2, p. 61-80, abr/jun 2012.

POLANYI, K. **A Grande Transformação**: As origens da nossa época. 9. ed., Rio de Janeiro: Campus, 2000. 360 p.

PRADO JR, C. **Formação do Brasil Contemporâneo**. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1963. 440 p.

PRADO JR, C. **História Econômica do Brasil**. 12. ed. São Paulo: Brasiliense, 1970. 366 p.

QUADROS, W. J. Gênero e Raça na Desigualdade Social Brasileira Recente. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 18, n.50, p. 95-117, jan./abr. 2004.

REICH, M.; GORDON, D. M.; EDWARDS, R. C. A Theory of Labor Market Segmentation. **The American Economic Review**, Pittsburgh, v. 6, n. 2, p. 359-365, may. 1973.

REIS, M.; AGUAS, M. Duração do desemprego e transições para o emprego formal, a inatividade e a informalidade. **Economia Aplicada**, Ribeirão Preto, v. 18, n. 1, p. 35-50, jan./mar. 2014.

RUSSELL, M. The new reserve army of labor. **Review of Radical Political Economics**, Ithaca, v. 33, n. 2, p. 223-234, june 2001.



SASAKI, H. Endogenous technological change, income distribution, and unemployment with inter-class conflict. **Structural Change and Economic Dynamics**. Texas, v. 21, n. 2, p. 123-134, may. 2010.

SASSAKI, R. K. **Inclusão**: Construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 1997. 235 p.

SILVA, S. **Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil**. São Paulo: Alfa-Omega, 1976. 120 p.

STOCKHAMMER, E. Is the NAIRU Theory a Monetarist, New Keynesian, Post Keynesian or a Marxist Theory? **Metroeconomica**, Malden, v. 59, n. 3, p. 479–510, july 2008.

STOCKHAMMER, E. **The rise of unemployment in Europe**: A keynesian approach. Massashucetts: Edward Elgar Publising Limited, 2004, 214 p.

STOCKHAMMER, E.; et al. Functional income distribution and aggregate demand in the Euro area. **Cambridge Journal of Economics**, Cambridge, v. 33, n.1, p. 139–159. jan. 2009.

STOCKHAMMER, E.; ONARAN, O. Accumulation, distribution and employment: a structural VAR approach to a Kaleckian macro model. **Structural Change and Economic Dynamics**, Austin, v. 15, n.4, p. 421–47, dec. 2004.

STRAUSSMAN, J. D. The ‘Reserve Army’ of the Unemployed Revisited. *Society*, Springer, v. 14, n. 3, p. 40-45, mar./apr. 1977.